



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO Nº 12/2015

Reunião ordinária da Assembleia Municipal
Realizada em 27 de abril de 2015

MOÇÃO

35 horas sim, 40 horas não!

Tal como em toda a Administração Pública, os salários dos trabalhadores da Administração Local não são actualizados há seis anos. As suas carreiras foram destruídas e as progressões estão congeladas.

A isto somam-se os cortes salariais ditos «provisórios» mas que perduram, o aumento das contribuições sociais e a subida brutal e continuada dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e do consumo, a redução brutal do valor do trabalho extraordinário e os efeitos do aumento do custo de vida.

Em consequência, o poder de compra dos destes trabalhadores caiu mais de 25% de 2010 para cá. O valor actual do salário mínimo e os baixos salários na Administração Local não permitem fazer face ao custo de vida e grande parte dos trabalhadores vive com as suas famílias abaixo do limiar de pobreza.

Deste interminável ataque às condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Administração Local, conduzido pelo Governo PSD/CDS-PP, a coberto dos ditames da troika e da sr.^a Merkel, apenas têm resultado sacrifícios cada vez mais insuportáveis para todos nós.

Mas, ao contrário do que diz a propaganda do Governo, o País não está melhor:

- A dívida pública continuou a aumentar (os encargos anuais com juros são já superiores ao orçamento do Serviço Nacional de Saúde);
- O desemprego não para de aumentar, obrigando centenas de milhares de pessoas, sobretudo jovens, a emigrar;
- A Administração Local, os serviços públicos essenciais e o próprio Estado, não têm meios de cumprir as suas funções, contribuindo para o empobrecimento do País, a desarticulação do Estado de Direito e a degradação crescente das condições de vida dos trabalhadores;
- A economia está estagnada e não há quaisquer sinais de saída da crise, o investimento público é inexistente e o resultado dos sacrifícios que nos são impostos é canalizado para o sector bancário e para a dívida.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Declarações como «o País está melhor, os portugueses é que estão pior» ou «temos os cofres cheios» só podem ser consideradas como injuriosas para a generalidade dos portugueses, os quais passam pelas maiores dificuldades desde a Revolução de 25 Abril.

A sobretaxa extraordinária de IRS criada em 2011, com carácter supostamente temporário, e que o governo pretende tornar permanente, ofende os mais elementares princípios de justa distribuição dos rendimentos e da igualdade social.

Assim, como medidas imediatas exigimos o fim da sobretaxa extraordinária, a actualização do Salário Mínimo e o início de um processo de valorização de salários de acordo com a Proposta Reivindicativa da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública.

Ao mesmo tempo, o Governo intensifica a ofensiva destruidora dos serviços públicos e do sector empresarial do Estado, vendendo ao grande capital empresas estratégicas para o País, e colocando sob controlo privado importantes sectores da esfera pública municipal como a água e os resíduos.

Hoje, dezenas de milhares de desempregados são abusivamente utilizados para necessidades permanentes de serviços de entidades da Administração Local.

Os chamados «contratos de emprego e inserção» mais não são que formas de autêntico trabalho escravo, que exploram a situação de absoluta carência e desespero dos desempregados.

Os trabalhadores da Administração Local exigem o fim deste intolerável regime, bem como de todos os vínculos precários, com a consequente integração dos trabalhadores nas entidades em que desempenham funções de carácter permanente, com todos os correspondentes direitos.

Numa altura em que se comemoram os 41 anos da Revolução dos Cravos, não podemos deixar de salientar os inestimáveis serviços prestados pelas autarquias e pelos seus trabalhadores no apoio às populações e como factor de desenvolvimento do País.

Por tudo isso, condenamos as vergonhosas ingerências na autonomia do Poder Local e repudiamos as tentativas de reduzir as autarquias a meros instrumentos de execução das políticas do Governo, com o objectivo de as tornar em repartições do poder central, ao mesmo tempo que denunciámos o bloqueio ilegal dos ACEEP, numa intervenção abusiva do governo nos processos de contratação colectiva, com pressões e chantagens inaceitáveis sobre os municípios que livre e legitimamente assinaram acordos com os sindicatos, procurando assim o governo impedir a manutenção das 35 horas de trabalho, e impor a adaptabilidade e o banco de horas.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assim, a Assembleia Municipal do Barreiro reunida em sessão ordinária reclama e exige:

- 1. Solidarizar-se com a justa luta dos trabalhadores da Administração Local e das suas estruturas representativas** saudando a magnífica luta hoje mesmo concretizada em Lisboa (desfile entre o Ministério das Finanças e a AR), em defesa de direitos arduamente conquistados;
- 2. A imediata publicação dos ACEEP**, livremente celebrados com as autarquias, pondo-se cobro ao bloqueio ilegal imposto pelo Governo e ao seu comportamento chantagador, prepotente e inconstitucional;
- 3. A imediata revogação do regime legal dos contratos de emprego e inserção e a regularização da situação destes trabalhadores**, sempre que desempenhem funções permanentes;
- 4. O imediato início de um processo de valorização das carreiras profissionais e dos salários na Administração Pública**, que reponha o poder de compra perdido e dignifique os trabalhadores.

Aprovado por maioria, com 27 votos a favor da CDU, do PS e do BE, 2 votos contra do PSD e 1 abstenção do MCI.

Barreiro, 4 de maio de 2015

O Presidente da Assembleia Municipal

Frederico Pereira